

Brasil colonial X Brasil subdesenvolvido: alguns traços em comum

Águida Cristina Santos Almeida¹

RESUMO

Um regaste da trajetória sócioeconômica e política do Brasil denota como as características que marcam sua posição de país subdesenvolvido guardam similitudes com o Brasil colonial, isto mesmo depois do extenso processo de industrialização pelo qual o país passou. Na verdade, a formação do Estado nacional e o pacto de poder que o sustentou exibem estreita relação com as relações de poder precípua a sua constituição como colônia de exploração, com destaque para àquelas relacionadas ao latifúndio e ao comércio exterior. Dado isto não é equivocado denominar o processo de desenvolvimento brasileiro como "modernização conservadora".

Palavras-chave: formação sócioeconômica, pacto de dominação interna, nação, revolução burguesa, industrialização.

ABSTRACT

A rescue of socioeconomic and political trajectory Brazil's denotes the characteristics that mark their underdeveloped country position keep similarities with the colonial Brazil, that even after the extensive industrialization process by which the country has. In fact, the formation of the national state and the power pact that sustained exhibit close relationship with the relations of Its primary power for establishment as a colony of exploitation, especially those related to large estates and foreign trade. Since this is not wrong to call the Brazilian development process as "conservative modernization".

Keywords: socioeconomic formation, internal domination covenant, nation, bourgeois revolution, industrialization.

¹ Doutoranda da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, do Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia-PPGE e Professora Assistente da Universidade Federal da Paraíba-UFCG. Email: aguidacristinasantos@gmail.com.

1- Introdução

O Brasil conduz sua história mantendo sem uma solução minimamente sólida e coerente as questões social e econômica, impedindo, de um lado, a constituição de uma estrutura produtiva que culmine na superação da restrição externa e, de outro lado, a inclusão de grande parte da população na distribuição dos resultados, com um mínimo de justiça. Em termos sociais o Brasil permanece sendo um país extremamente desigual. A desigualdade na distribuição da renda e da riqueza atinge todos os seus possíveis aspectos: do aspecto funcional ao regional, do pessoal ao racial.

O acesso à educação, apesar de vir numa trajetória de expansão, mantém o Brasil ainda atrasado nos diversos *rankings* de que participa, seja em termos de quantidade (anos de estudo), seja em termos de qualidade. A desorganização social, resultado de profunda heterogeneidade social, se exprime na violência generalizada e crescente e no caos urbano. A estrutura tributária dá um desfecho dramático a esta situação, já que o elevado grau de regressividade da carga tributária exacerba o caráter injusto entranhado no país, culminando numa redistribuição de renda às avessas, tendo em vista que em termos proporcionais à renda auferida, os pobres do Brasil pagam muito mais impostos que os ricos. A estrutura fundiária não poderia ser diferente, e, hoje, é mais concentrada do que na década de 1950².

Em termos econômicos, mantemos uma situação onde possuímos um nível de competitividade muito precário e a composição do nosso produto, a nossa situação educacional, a forma como fechamos o nosso balanço de pagamentos etc., são evidências patentes da incompetência do Brasil de competir até em setores de tecnologia elementar, como por exemplo na indústria de transformação de baixa tecnologia - calçados, vestuário etc. Em termos de possibilidades de *cacth up* nunca estivemos tão longe como estamos agora.

² Ver Análise da Estrutura fundiária brasileira. Disponível em <www.nead.gov.br/portal/nead/arquivos/download/arquivo_95.pdf>

Muitos acreditavam, pelo menos até a década de 1970, que a industrialização do país fosse gabaritá-lo ao posto de uma "potência emergente". Todavia, o que o projeto executado conseguiu, no máximo, foi um processo de "modernização"³, atualizado nos marcos do neoliberalismo. As situações de dependência externa e subdesenvolvimento⁴ estão mais que reforçadas e o pior disto é que sua permanência ocorre depois de um longo e profundo processo de industrialização. Furtado *apud* Tavares (2000) fez uma afirmação, com tom de desabafo e frustração, que expressa em poucas palavras o quão lamentável é o nosso "estado de coisas": "*Em nenhum momento da nossa história foi tão grande a distância entre o que somos e o que esperávamos ser*". Furtado fez esta afirmação em 1999 e os acontecimentos posteriores requalificam sua conclusão, pois, se por um lado, na era Lula houve uma difusão no consumo e uma pequena redução na desigualdade sócioeconômica. Por outro lado, quase não se avançou nas transformações que de fato culminariam numa mudança estrutural de longo prazo a uma posição mais promissora. Ao longo da implantação da indústria no país, denominado processo de substituição de importações, o debate sobre as possibilidades do Brasil superar seus gargalos sociais e econômicos foi intenso e se deu em várias frentes e sob diversas visões político-ideológicas, sendo suspenso ou abafado no período da ditadura. Muitos pensadores e homens públicos buscavam entender o Brasil, sua formação sócioeconômica, a fim de encontrar uma saída que finalmente homogeneizasse socialmente o país e lhe conferisse autonomia tecnológica e a superação da crônica restrição externa, que tornava a situação econômica do país muito frágil diante de crises externas. Celso Furtado foi um destes; pensador e homem público, tem como marca a incessante busca por um Brasil que fosse de fato dos brasileiros. Segundo Furtado, o Brasil era capaz de ocupar posição privilegiada na

³ Modernização, segundo Furtado (2013, p 180; 1978, p. 11) nomeia o "*processo em que a assimilação do progresso tecnológico nos padrões de consumo, já alcançou elevado nível - pelo menos no que respeita a uma minoria da população - e continua a avançar rapidamente... sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos*". Uma característica importante deste processo é a sua prioridade em diversificar o consumo de uma minoria, alinhando-o ao das elites das economias desenvolvidas em detrimento do processo de difusão que busca incluir parcelas crescentes da população nos padrões de consumo nacional.

⁴ Segundo Furtado (2013, p. 187) "*o fenômeno que chamamos dependência é mais geral do que o subdesenvolvimento. Toda economia subdesenvolvida é dependente, pois o subdesenvolvimento é uma criação da situação de dependência. Mas nem sempre a dependência criou as formações sociais sem as quais é difícil caracterizar um país como subdesenvolvido*".

economia mundial e oferecer boas condições de vida ao seu povo. Seu vasto território, população e recursos naturais constituíam vantagens que se bem aproveitadas poderiam afastar o Brasil do seu passado hostil de escravismo e monocultura combinados com agricultura rudimentar e latifúndio.

Pelo fato das questões prementes ao país permanecerem sem solução, ao contrário, o país é conduzido numa constante "fuga para frente"⁵; faz com que as preocupações que ocuparam a vida de todos aqueles que buscaram de alguma maneira contribuir ao avanço do Brasil continuem atuais. O caminho a ser trilhado é que possivelmente exige modificações, tendo em vista as profundas mudanças na lógica de acumulação capitalista mundial, a partir da década de 1970, e conseqüentemente seus efeitos para o Brasil e de suas possibilidades na geopolítica do século XXI⁶.

O presente contexto em que se encontra a nossa estrutura produtiva nos remete ao processo de industrialização como se deu, em busca de elementos que contribuam à compreensão de um processo de desmonte acelerado de uma estrutura relativamente infante. Em Furtado, bem como, em muitos outros que pensaram o Brasil, como Prado Júnior, Sodré, Tavares, dentre outros, é possível encontrar as evidências do porquê de o projeto que foi conduzido e implementado nunca ter sido capaz de levar o país a alcançar homogeneização social, auto-sustentação financeira e tecnológica e superação da restrição externa.

O presente artigo se baseará em alguns dos pensadores que buscaram compreender a formação econômica do Brasil e a partir desta compreensão prescreveram/atuaram politicamente em função de sua transformação social e econômica. A tese central é a de que a impossibilidade de construir uma unidade/interesse nacional, devido: 1) a maior parte do povo brasileiro não ser considerado como parte da 'nação brasileira', tendo o escravismo, bem como sua longevidade, um papel importante na explicação deste fato; 2) a ausência de uma burguesia industrial e nacional "legítima", no sentido que seus interesses conflitassem diretamente com os objetivos do comércio exterior, e com força política para conduzir a

⁵ Tavares *apud* Fiori (1999).

⁶ Ver Fiori (2007) em "A nova geopolítica do sistema mundial no início do século XXI".

uma revolução burguesa com as características que outros países que se industrializaram tardiamente apresentaram.

Os fatos mencionados antes cristalizaram-se no pacto de dominação interna tal como concebido, de caráter fortemente autoritário e anti-social. Estas últimas duas características foram a base da constituição do pacto de dominação interna e são reafirmadas todas as vezes em que ocorreu ruptura na estrutura de poder ou tão somente uma ameaça de ruptura. Neste sentido, a relação estabelecida entre o Estado e as elites é que constitui e reafirma ao longo do tempo este pacto, denominado por Fiori (2001), de 'pacto conservador'.

Em sequência, supõe-se que as demais características que marcam nosso processo de industrialização (como por exemplo, concentração contínua e exacerbada da renda; controle da produção e da difusão do progresso tecnológico por empresas transnacionais; o Estado como o menor sócio das elites nacionais/transnacionais, quando se trata da distribuição dos ganhos, mas, por outro lado, como o agente que assume os maiores riscos (agente "*ponzi*"), socializando sempre as perdas provocadas pelas graves crises de balanço de pagamentos e/ou rolagem da dívida pública pelas quais o país passou, são derivadas dos fatores mencionados nos três últimos parágrafos.

Ou seja, a ausência de uma burguesia "nacional", num contexto onde uma parcela significativa da população era excluída absolutamente do usufruto da cidadania (toda a população negra, por exemplo, mas não apenas), e portanto não adquirindo o direito de integrar a "nação", culminou na consecução de um projeto que não era movido por qualquer "unidade nacional". Como resultado, implantou-se um projeto de modernização, que manteve presente características da fase colonial, reafirmadas através do pacto de dominação interna, de caráter ferozmente conservador.

2- Os traços da formação econômica do Brasil se reafirmam ao longo de toda sua história.

A compreensão da formação econômica do Brasil a partir das leituras de Caio Prado Júnior (1969), Nelson Werneck Sodré (1990/1967), Celso Furtado

(2005/1978/1973/2013), Antônio Barros de Castro (1984) dentre outros⁷, não deixa dúvida de como a formação social e econômica deste país continental chamado Brasil permanece como forte elemento condicionante da sua trajetória. Como é bem sabido, a formação do Brasil, como de grande parte dos Estados hoje existentes, deve-se à dinâmica eurocêntrica nos marcos da lógica da acumulação capitalista que precedeu em séculos a revolução industrial⁸. O Brasil surge como colônia de Portugal, figurando como colônia de exploração, que tinha como meta principal explorar alguma atividade agrícola (pelo menos até que o ouro fosse encontrado) de forma rentável, para fazer valer o ônus da proteção de um território tão vasto.

Como a população nativa (os índios) não era muito densa e não apresentou um perfil de força de trabalho que pudesse se adequar ao trabalho forçado e além disto empregava técnicas de produção extremamente rudimentares, qualquer que fosse a atividade aqui desenvolvida teria que se dar por meio da "transplantação". Então, esta é a primeira de todas as características que dão origem ao Brasil.

O Brasil é originado a partir de um processo de transplantação, com vistas a constituir o complexo açucareiro⁹. Por questões internas (clima favorável e terra em abundância) e externas (a técnica de produção de açúcar e capital holandeses), este processo de transplantação decorreu do fato de tanto os senhores de terra quanto à mão-de-obra escrava que constituíram o complexo açucareiro terem sido trazidos de fora. Os primeiros da Europa e principalmente de Portugal e a força de trabalho, da África. O objetivo da produção era estritamente comercial e totalmente voltada ao comércio exterior.

Apesar da população do Brasil ser formada, substancialmente, por negros, na Constituição de 1824, eles não eram considerados nem brasileiros, nem cidadãos (Sodré, 1990). Vê-se com clareza que os negros eram tratados como "máquina viva de trabalho". Conforme Sodré (1990, p. 45), *"Se se considera a legislação vigente, os*

⁷ Borja (2013) em sua tese de Doutorado discute a formação econômica do Brasil a partir das obras de Furtado, Prado Júnior e Roberto Simonsen.

⁸ Ver Fiori (2007a), O Poder americano; Furtado (2005), Formação Econômica do Brasil.

⁹ Em Sodré (1990) e Rangel (1981), é possível constatar que a dinâmica brasileira comportava atividades e modos de produção diversos espalhados em seu território (como escravismo, feudalismo), submetidos a lógica do capital comercial; mas as transformações mais importantes, principalmente na época em que era colônia, vinham da atividade ligada ao comércio exterior.

escravos estão fora de qualquer classe, uma vez que são qualificados como animais, objetos do senhor e não criatura, pessoa, gente". Praticamente toda a riqueza do país era produzida por negros, mas eles eram tratados como se não existissem, tendo em vista que em 1824 (quando eram simplesmente ignorados) várias gerações de negros já tinham nascido em território brasileiro e portanto, formavam o povo brasileiro¹⁰.

Não menos importante era a forma como eram tratados, o termo desumano não expressa a crueldade com a qual passaram a ter que lidar quando chegavam aqui depois de sequestrados de diferentes países em que habitavam em seu continente de origem. Os mais de três longos séculos em que a escravidão permaneceu no Brasil e todas as leis aprovadas antes da Lei da Abolição propriamente dita, tais como a Lei do Ventre Livre e a Lei dos Sexagenários, deixam patente que em nenhum momento a situação dos negros escravizados foi considerada, mas apenas os interesses econômicos e financeiros dos senhores de terra. Sodré (1990, p. 68), deixa muito claro: *"A manobra foi sempre, da parte da classe dominante, no sentido de protelar o fim do escravismo. Ela balançava, durante todo o tempo, entre a necessidade de liquidar o escravismo e o receio de liquidá-lo"*. Para ficar evidente a resistência da classe dominante em por fim ao escravismo cabe relatar mais uma, das diversas passagens, em que Sodré mostra tamanha anacronia:

O que fica evidente do conhecimento dessa legislação é a preocupação fundamental da classe dominante na criação do mercado de trabalho. Não há nela nenhuma preocupação com os escravos; o legislador estava preocupado com os senhores e não com os escravos. Libertar sexagenários, realmente, e proclamar tal disposição como benemerência é supor que as pessoas perderam o hábito de raciocinar. Mas foram os pósteros, e particularmente uma historiografia vesga, que fizeram da legislação da época um tema edificante, mistificando o problema. A derrocada do escravismo correspondeu a uma necessidade histórica, correspondeu ao avanço das relações capitalistas (Sodré, 1990, p. 69).

Quase um século se passou depois da "independência" do Brasil (pelo menos em relação a Portugal) e o escravismo prevalecia. Por muito pouco não inauguramos o século XX como um país escravista. Mas, mais trágico foi perceber que os negros só serviam quando eram escravos, pois décadas antes da abolição o Estado começou a

¹⁰ Sobre o escravismo brasileiro ver Barros de Castro (1984); Nabuco (1988).

financiar a vinda de imigrantes europeus, principalmente italianos, a fim de "enbranquecer" a população e empregá-la como trabalhadores assalariados. Conforme Sodré (1990, p. 66), "*... isso mostra como não ocorreu aqui a passagem do trabalho escravo ao trabalho livre mas a substituição daquele por este*". Em 1930 toda a força de trabalho assalariada no Brasil era formada por imigrantes 'brancos' (SODRÉ, 1967; BARROS DE CASTRO, 1984)

Assim, depois de sequestrá-los, escravizá-los, brutalizá-los, animalizá-los, aos negros não coube nada quando do fim do escravismo. Além disto, a aprovação de nova Lei para a posse da terra, aprovada em 1850 (Sodré, 1967), permitindo a posse somente por meio da compra, impediu-lhes também de ter acesso à terra. Com isto, restou-lhes duas alternativas, nem um pouco inclusivas numa sociedade que despontava para a industrialização: a servidão ou o banditismo.

Com isto, pode-se inferir que o escravismo tem peso fundamental nas relações sociais e na cultura construídas no país. Como praticamente todo o trabalho era feito pelos escravos, trabalhar constituía numa ação isenta de qualquer virtuosidade. Além disto, dada a condição humana do escravo, ser extremamente desumana, o banditismo e a alienação religiosa passaram a ser características muito fortes na formação do Brasil (como ainda é hoje!) (Sodré, 1990; Prado Jr. 1969).

Assim, diante do breve relato, se conclui que o escravismo lançou as bases do que viria a se tornar o Brasil. O atraso social, econômico, político, cultural e institucional, produto do colonialismo, nunca foram rompidos de verdade, apenas são encobertos e reforçados por um processo de modernização inacabado e anacrônico. Este elo do processo evolutivo do Brasil com seu passado colonial ficam evidentes quando da leitura/reflexão de pensadores tão importantes na construção da verdadeira história do Brasil, como os já citados, além de tantos outros mais.

.... no Brasil do século XIX, a equação Estado = nação = povo foi convertida na fórmula Estado = proprietários = unidade territorial, consolidando-se como verdadeira matriz histórico-estrutural do país..... a atrofia do mundo privado e da nação acabou facilitando, sempre que necessário, a apropriação patrimonial do Estado pelos proprietários da terra e de todo tipo de riqueza patrimonial.... (e) o fim da escravidão e do Império não alterou os termos do problema. A economia e a sociedade brasileira seguiram fragmentadas, e as elites econômicas e políticas do país seguiram sem necessidade de construir

qualquer tipo de "comunidade imaginária" com seu próprio povo (FIORI, 2001, p. 280 - aspas do autor).

Prado Jr. (1969) destaca que para o escravo, a conservação de sua cultura foi muito mais difícil do que a própria subsistência aqui. Segundo Furtado (1978, p. 94), "... *no Brasil a empresa agrícola escravista é a célula matriz do tecido das instituições nacionais..... a importância da empresa agro-mercantil, no Brasil, está em que ela marcará decisivamente a estrutura da economia e da sociedade que se formarão no país*".

O atraso nas relações sociais de produção na colônia não se devia apenas ao fato da força de trabalho ser escrava, mas também a forma como a terra era explorada, baseada numa agricultura extremamente rudimentar, com danos ecológicos que comprometem a qualidade dos solos de forma permanente:

A prática de *shifting field cultivation*, ou seja, da agricultura itinerante.... não somente exige que a empresa tenha à sua disposição grandes quantidades de terra que sub-utiliza, mas também que a empresa busque assegurar-se posições em novas frentes agrícolas, pois a perda de fertilidade dos solos se manifesta tanto no caso das culturas temporárias como no das permanentes. Desta forma, a concentração fundiária, ao impor certa forma de distribuição da renda, ou seja, ao assegurar mão-de-obra barata à empresa agro-mercantil, induz esta ao uso extensivo das terras, perpetuando práticas agrícolas rudimentares, as quais constituem a forma mais econômica da empresa usar a mão-de-obra..... guardadas certas qualificações, estamos em face de uma agricultura tradicional.... uma agricultura que praticamente não absorve progresso técnico (Furtado, 1978, p. 107/108/109).

Nota-se, com base no que foi dito até momento, que a empresa agro-mercantil com o arranjo social, político, econômico e técnico que produziu, não tinha um caráter progressista em nenhuma das dimensões antes explicitadas. Ao contrário, um flagrante amálgama social, que durante muito tempo, só serviu ao Estado e elite lusos como meio de apropriação de excedente. Mas, se a decadência posterior pela qual Portugal passou, evidencia, talvez, que não soube fazer "bom uso" do excedente gerado em sua principal colônia, as sequelas daquela "montagem", no mínimo esdrúxula e anacrônica, parece permanecer condicionando os destinos do Brasil até o presente.

A formação do Estado brasileiro também contribui na manutenção e longevidade tanto do escravismo, quanto dos demais fatores que deram origem a uma

sociedade tão desigualizante e estruturalmente confusa. Simplesmente, na fase colonial não havia Estado de direito, cada senhor de terra, dentro do seu latifúndio instituí a lei, o que era certo, o que era errado, e julgava e punia aqueles que descumprissem a ordem estabelecida por seu senhor (Sodré, 1990; Prado Jr., 1969). A formação do Estado de direito, quando da vinda da corte portuguesa para o Brasil até a independência, no período da mineração, manteve em grande medida os vícios da época colonial, em que os senhores de terra exerciam indiscriminadamente e discricionariamente o poder. Com isto, a prática do Estado brasileiro, com a independência política do país, manteve-se em defender de forma quase absoluta, autoritária e discricionária os direitos daqueles que detêm o poder econômico (e remonta à fase colonial).

Olhando para o Brasil de hoje se vê muito forte a herança 'maldita' de ter sido colônia de exploração com longo período de escravismo e latifúndio (este último mantido até hoje). Maldita no sentido de parecer insuperável (pelo menos até o momento), bem como no sentido dos males sociais que se perpetuam num país dotado de todos os recursos necessários a ocupar posição privilegiada no sistema-mundo e mais importante que isto, garantir qualidade de vida ao seu povo. Basta olhar o perfil predominante da população carcerária e favelada do país (negra, pobre e ignorante), para confirmar que o passado colonial nunca foi superado, de fato, mas somente 'encoberto' com a 'máscara da modernidade'.

No tocante à concentração da renda, da riqueza (especialmente da terra) também permanece muito forte e sua origem se dá na colonização, período no qual praticamente todo o excedente vazava para a metrópole. O Brasil ocupa as primeiras posições em concentração da renda e da riqueza. Também fica nas primeiras posições com relação à regressividade da estrutura tributária. A concentração fundiária é maior hoje do que em 1950, por exemplo, conforme já mencionado antes.

Outra característica que tem sua origem no período colonial é a forma excludente como o Estado atua, exercendo soberania apenas em seu ininterrupto projeto de contenção social. Como se bem sabe, o exército brasileiro não existe devido a nenhum projeto de potência expansionista em gestação, mas para conter as massas nos

períodos de convulsão social que assolam o país¹¹. Outro elemento plantado quando da colonização diz respeito às aspirações das elites "nacionais", resumidas sempre em copiar o padrão de consumo das elites dos países centrais, independentemente dos meios através dos quais serão empregados para atingir tal fim (se importando os bens ou produzindo-os internamente por meio de um processo de substituição de importações; se por meio do trabalho escravo, servo ou assalariado).

3- Consequência fundamental de uma formação sócioeconômica como colônia de exploração escravista: impossibilidade de construir uma "unidade/interesse nacional".

Conforme foi visto no tópico anterior, o Brasil nasce de uma transplantação de elementos europeus e africanos, formando o complexo agro-mercantil baseado no tripé: trabalho escravo, monocultura-latifúndio, com a produção voltada à exportação. A ênfase nestes elementos decorre da premissa principal, que embasa o corrente raciocínio, que é a de que o modo como se constituiu o povo brasileiro, impediu que a "nação brasileira" da forma como foi constituída, inserisse a maior parte do povo brasileiro, a exclusão dos brasileiros negros é um exemplo patente disto, mas não somente. A existência de 'unidade nacional' é fundamental à consecução de um projeto nacional de desenvolvimento (LIST, 1989), focado na construção de um sistema de forças de produção nacional, que efetivamente culminasse na superação do subdesenvolvimento, mesmo que nos marcos do capitalismo¹². A presença de unidade

¹¹ Pode-se dizer que na maior parte de suas ações, foi isto, ao conter revoltas populares ou tentativas separatistas, mas durante o século XIX, especialmente após a chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro (1808), o exército e a marinha desenvolveram ações expansionistas com países vizinhos (invasão do Uruguai, guerra com o Paraguai, ocupação do Acre Boliviano)

¹² O presente estudo reconhece todas as leis tendenciais da acumulação capitalista (ver Marx, 2002/2008), dentre as quais cabe destaque à tendência à concentração da renda e da riqueza. Além disto, reconhece que o fato de ter passado a integrar o sistema-mundo como colônia de exploração confere a qualquer país, brutal desvantagem na tentativa de implantar um projeto de autodeterminação. Contudo, o grau de heterogeneidade social do Brasil transborda em muito o de outros países que também foram colônia de exploração. Com isto, eu considero que a péssima situação social do Brasil vai além do fato do mesmo se inserir no capitalismo mundial como colônia de exploração, daí a importância de resgatar a sua formação social e econômica nunca deixa de ser relevante, na busca da compreensão dos fatores expliquem o caos social e o constante clima de guerra civil que assola o Brasil de agora.

nacional, nos marcos do capitalismo, culmina num elevado grau de coesão social, mas não em igualdade econômica. O presente trabalho tomará a definição de nação designada por List, de acordo com o qual *"na economia nacional, pode ser sabedoria o que é absurdo na economia privada, e vice-versa.... em um sem-número de casos, o poder do Estado é obrigado a impor restrições à atividade privada"* (1988, p. 117).

Ocorre, porém, que entre cada indivíduo e a humanidade inteira existe A NAÇÃO, com sua língua e literatura específicas, com sua origem e história, com suas maneiras e costumes, leis e instituições, sendo que todos esses elementos reclamam existência própria, autonomia, aperfeiçoamento e continuidade para o futuro - crescendo ainda que cada nação tem o seu território específico, uma sociedade que, unida por milhares de vínculos intelectuais e de interesses, se constitui em um todo independente, que reconhece a lei do direito para si mesma, e em seu caráter de unidade se opõe ainda a outras sociedades de tipo similar no que concerne à liberdade nacional, e, por conseguinte, nas "atuais condições do mundo", só pode manter sua existência própria e sua autonomia por meio de sua própria força e de seus próprios recursos..... acontece, porém, que existe uma diferença infinita nas condições e circunstâncias que caracterizam as diversas nações (List, 1989, p. 123 - aspas nossas).

Com base na história, **demonstramos que a unidade da nação constitui a condição fundamental de uma prosperidade nacional duradoura;** mostramos também que as nações só têm conseguido chegar ao desenvolvimento harmônico de suas forças produtivas onde o interesse dos indivíduos foi subordinado aos interesses da nação e, onde gerações sucessivas perseguiram um e mesmo objetivo; mostramos também que pouco pode prosperar a atividade privada sem os esforços conjugados, tanto dos indivíduos que vivem na respectiva época como das gerações sucessivas orientadas para um objetivo comum (List, 1988, p. 115 - negrito nosso).

Assim, para o alcance da coesão social, é imprescindível a construção de unidade/interesse nacional, mesmo se tratando de uma sociedade de classes. Pois, como se sabe, considerando que sua implantação ocorra numa economia capitalista, o país se dividirá em classes sociais com interesses antagônicos e que algumas classes vão se apropriar da maior parte do excedente criado. Todavia, a necessidade da cooperação no trabalho, devido à ampla divisão social do trabalho, juntamente com 1) a necessidade de uma força de trabalho educada (tendo em vista que a formação de forças produtivas exige constante capacidade inventiva do trabalhador, ver LIST, 1989); 2) uma força de trabalho com este perfil, culmina em dois resultados: salários maiores e uma

organização trabalhista articulada e forte politicamente na disputa de classe. De tudo isto resulta, um padrão de consumo que garante um nível de vida satisfatório e o contínuo processo de barateamento das mercadorias, contribui para uma extensão ainda maior do consumo.

Somado a isto, normalmente, em países que conseguem desenvolver uma "indústria com forte conteúdo nacional", o Estado, embora seja de classes, consegue aglutinar, em maior ou menor medida, as demandas de parcela crescente da população. Cristalizando-se em um aparato de política social abrangente, que prover boa parte dos cidadãos com os bens necessários a uma sobrevivência de forma digna, como: saúde, educação e moradia, por exemplo, dentre outros.

Nos países capitalistas, que se industrializaram optando pela substituição de importações, abstraiu-se dos elementos cruciais à superação do subdesenvolvimento. Na verdade, industrializou-se sem promover uma revolução burguesa "legítima", que teria como finalidades das mais importantes, a) romper com a antiga estrutura de poder vigente e b) por meio de amplas reformas, promover a inclusão da maior parte possível dos habitantes do país na consecução de um projeto **nacional** bem como na distribuição dos ganhos obtidos, ou seja, na prática e no exercício de uma cidadania.

Deste modo, na consolidação de um projeto de desenvolvimento nacional, por meio da industrialização, a concepção de que os habitantes do país, juntamente com suas demandas e aspirações, são parte relevante da nação, é de importância substancial no alcance de um país com um grau elevado de coesão social. Em se tratando do Brasil, a inexistência de uma burguesia voltada aos interesses nacionais, de um lado, e o não reconhecimento de grande parte da população do país como integrante da 'nação brasileira', jamais faria com que a industrialização possibilitasse a superação do subdesenvolvimento. Segundo Furtado: "*a história econômica do Brasil neste século, enfeixa uma das mais ricas experiências de industrialização em condições de subdesenvolvimento*" (1978, p. 15).

No tocante ao argumento de que no Brasil se excluiu a maior parte do seu povo da nação, de maneira que o conceito de 'nação' no Brasil ficou muito restrito ao espectro territorial, desde a independência política de Portugal, já se discutiu a este respeito no tópico anterior. Vou retomar algumas questões, reforçando-as com outros argumentos.

Praticamente às vésperas do processo de industrialização se tornar endógeno na dinâmica econômica do país, o Brasil ainda mantinha a escravidão. Isto significava que parcela importante da população brasileira era constituída por negros, que simplesmente não eram considerados como "gente", e por isto, não gozavam de qualquer direito sequer. Conforme já foi visto (NABUCO, 1988), entre a proibição do tráfico negreiro, em 1850, em grande medida devido à pressão política da Inglaterra, passou-se quase quatro décadas até a Abolição, que ocorreu em 1888.

Desta maneira, é possível ver nitidamente que o Brasil era constituído, em parcela significativa, por negros, mas jamais as elites aceitariam construir uma nação a partir de sua inclusão. Daí a necessidade da imigração de brancos, para que o trabalho assalariado fosse implantado. Se pensarmos que parcela relevante dos habitantes do Brasil não eram tidos como cidadãos, concluímos a dificuldade em conceber o povo brasileiro como uma "nação", com o Estado garantindo segurança e direito a todos, indiscriminadamente. **Por este motivo eu acredito que não é possível relativizar o peso do escravismo na nossa história, sua longevidade e a forma como os negros foram tratados depois da abolição.**

Diante do longo período em que a grande maioria da população simplesmente era ocultada, por não ser considerada como "ser humano, gente, cidadão" e depois da Abolição esta visão não ter sido modificada, se tornou impossível criar qualquer tipo de nacionalismo real no Brasil. Os brancos, nascidos aqui ou recém imigrados, não podiam reconhecer os negros como cidadãos brasileiros e os negros, não possuíam articulação/força política em nível suficiente à promoção de sua inclusão social. Ao tratar sobre o nacionalismo, Sodré¹³ (1990, p. 102) aponta para a sua precariedade: *"os princípios do reformismo que marca a legislação, na época, definem uma posição nacionalista tibia, que avança na fase de crise do imperialismo para declinar depois"*. Para ele, o arroubo nacionalista era empregado basicamente para reter parcela maior da acumulação no país, a fim de facilitar a capitalização. Se de um lado Sodré (1990) constata a falta de uma postura nacionalista no Brasil, por outro lado, enfatiza como sua presença se faz importante à construção da economia nacional. Empregando Portugal

¹³ Sodré enfatiza a vitória do monopólio da exploração de petróleo pelo Estado brasileiro como um exemplo isolado e vitorioso de cunho nacionalista.

como contra-exemplo ele demonstra a importância da economia de um país ser nacional¹⁴.

Como os italianos antes, Portugal, entretanto, exercia o comércio de intermediação, isto é, não vendia o que era produzido no reino mas o que comprava em outras áreas... Tratava-se, para o grupo mercantil luso, de obter, por compra, por troca ou pela força, mercadorias nas áreas produtoras e de vendê-las nas áreas consumidoras, auferindo a diferença de preço entre a operação inicial e a final. Nisso residiu o segredo do sucesso português e nisso residiu o seu fracasso, a sua debilidade fundamental: *a economia lusa não era nacional* (Sodré, 1990, p. 56 - itálico do autor).

Para Furtado (1978), as vezes em que o discurso nacionalista emergiu, seu caráter era estritamente retórico. De acordo com Furtado (1973), a ideologia que prevalecia era a de que estabelecer diferença entre empresas estrangeiras e nacionais constituía-se em anacronismo. Na verdade, o que devia ser levado em consideração era a contribuição de cada uma no desenvolvimento do país. Fiori (2001, p. 280) reafirma as visões de Sodré e Furtado, antes exposta ao afirmar que *"as ideias nacionalistas estiveram presentes - ainda que de forma ambígua - na ideologia estatista e na estratégia desenvolvimentista dos anos 50, mas nunca alcançaram a nitidez, nem tiveram o caráter competitivo do nacionalismo alemão de Friederich List"*.

O traço mais significativo de aproximação com as burguesias nacionais históricas está na percepção de dar legitimidade ao sistema de poder mediante a tradução em linguagem de *objetivos nacionais* dos interesses do grupo. O nacionalismo surge, assim, como uma técnica de legitimação e como um meio de consolidação da aliança com as Forças Armadas. Ocasionalmente esse nacionalismo terá que ser mais que simbólico, como no caso das 200 milhas marítimas e no das grandes obras de prestígio e *integração nacional* (Furtado, 1978, p. 36 - itálico do autor).

¹⁴ A necessidade do caráter nacional da indústria erguida por um Estado qualquer é fundamental na argumentação de List (1888), considerado o 'pai do argumento da indústria nascente'. Em sua obra mais importante, publicada em 1855, Sistema Nacional de Economia Política, a qual consta nas referências, List enfatiza que a autonomia política de um Estado só é possível se este alcançar a autonomia econômica. E, esta última é alcançada por meio da construção de um sistema nacional de forças de produção, que seja capaz de estender o potencial manufatureiro (correspondente à fronteira tecnológica em sua época) ao maior número possível de setores econômicos existentes.

Agora vejamos o perfil da "burguesia nacional". O termo burguesia nacional precisa ser melhor esclarecido, tendo em vista que não houve no Brasil, nem mesmo quando do momento de sua industrialização propriamente dita, um interesse, consciência da importância e ação dirigida para encampar um projeto nacional de industrialização, seja por parte do Estado, seja por parte das elites. Furtado (1973) argumenta que chamar de Revolução Burguesa o que houve no Brasil na década de 1930 com a formação do Estado Novo de Vargas serve somente para ofuscar a realidade.

Antes de dar continuidade à argumentação vou expor a definição empregada por Sodré à Revolução Burguesa: *"isto é, a alteração econômica, social e política que, resultante da luta de classes, colocou a burguesia no poder e lhe permitiu, pelo controle do Estado, realizar as alterações necessárias a restabelecer a adequação entre as novas forças produtivas e as relações de produção"* (1990, p. 91).

Sodré afirma que a derrocada do escravismo e o advento da república constituíram mudanças substanciais ao desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil; todavia estas *"padeceram um desenvolvimento irregular, desigual, quase sempre lento"* (1990, p. 88). Em várias outras passagens Sodré deixa evidente como o desenvolvimento das forças capitalistas no Brasil era impedida, mesmo quando na segunda metade do século XIX o país acumulava as condições necessárias a sua revolução burguesa e industrialização. Para ele a acumulação capitalista, *"imprensada entre o latifúndio escravista e feudal e o pré-imperialismo britânico, avançava aos trancos e barrancos"* (1990, p. 95). Na verdade, as características marcantes do Brasil colonial se mantiveram ao longo das reformas de 1930, cristalizadas no pacto de poder (não podendo denotá-las como uma "revolução burguesa"), e acompanham o país até hoje.

Furtado ainda é mais radical a este respeito, já que em sua concepção sequer é possível categorizar como revolução burguesa o que ocorreu no Brasil (1978). Ele argumenta que em se tratando da burguesia européia, a revolução industrial foi motivada por uma burguesia nacional com vistas a estender seus interesses mercantis ao controle do processo produtivo, visando proteger as manufaturas que a partir da revolução industrial passariam a ser produzidas internamente. Com a ascensão da

burguesia nacional, e a proteção criada em torno das manufaturas locais, é que surge a questão do *interesse nacional*, ou seja, cria-se em todo o país a visão da importância de proteger a indústria nacional e a ação do Estado fixa-se em torno deste objetivo. Como a produção capitalista é social (embora a apropriação do excedente seja privada), a extensão, para toda a nação, dos interesses da indústria nacional e da burguesia nacional, surgem como corolário.

Assim, o projeto de industrialização de um país, sucede a existência de uma burguesia nacional e decorre desta usufruir de poder econômico e político suficiente para provocar as transformações necessárias ao seu início. Desta maneira, quando se analisa o caso do Brasil se percebe que existe uma classe dotada de capital nacional, mas ausente de características importantes a fim de que possa ser tida como uma "burguesia nacional". Na segunda metade do século XIX existiam muitas indústrias no país. Contudo, estas estavam diretamente ligadas aos interesses do comércio exterior, sendo indústrias complementares às atividades de exportação (por exemplo, tratamento ou processamento de produtos agrícolas) e importação (tais como, embalagem, montagem bem como adaptação de produtos à realidade local). Por este motivo, os interesses da pequena classe industrial brasileira, guardavam íntima relação com os interesses do comércio exterior (FURTADO, 1973).

São diversas as evidências que o interesse dos dirigentes "nacionais" que atuavam no Brasil (em sua maioria), não estavam voltados à construção de uma indústria nacional. Decorrendo que a industrialização surgiu muito mais por força de fatores externos do que internos, embora "virtualmente" o país, em fins do século XIX e início do século XX, já dispunha de condições para caminhar nesta direção (FURTADO, 1978). A visão de Sodré (1967), não discrepava da de Furtado. Esta falta de interesse em tornar o Brasil um país industrializado e de que esta indústria fosse nacional, advinha de fatores internos e externos.

Do ponto de vista externo; com o advento da Revolução Industrial e a tomada da hegemonia mundial pela Inglaterra, estabeleceu-se uma divisão internacional do trabalho, onde o papel da maioria das colônias, ou ex-colônias (como era o caso do Brasil), baseava-se tão somente na produção de matérias-primas para exportação (mantendo a lógica econômica da colônia), de forma que a importação das manufaturas

inglesas se tornava imprescindível. A dependência econômica completava seu elo, devido à constante dependência dos empréstimos externos a fim de fechar as contas externas. De acordo com Tavares (1999, p.452), a história do Brasil "*é a história das grandes moratórias, que têm se seguido de 50 em 50 anos a períodos longos de endividamento externo, tem marcado inflexões dramáticas na política e na economia brasileira*".

É lógico que não havia interesse algum da Inglaterra ou de qualquer outro país que lutava para industrializar-se, que o Brasil construísse uma indústria nacional. Então, é possível, que qualquer inclinação dos dirigentes do Brasil para esta direção, resultaria em retaliação pela Inglaterra e outros países, visando nos impedir. Contudo, sequer "pagamos para ver", ao longo da nossa história não contrariamos qualquer potência existente, porque nunca tivemos um projeto nacional. De acordo com Tavares (1999, p. 453), "*as nossas reformas burguesas sempre tiveram como limites dois medos seculares das nossas elites ilustradas: o medo do Império e o medo do Povo*".

Com relação aos aspectos internos podemos apontar uma série de evidências que demonstram não haver união de forças e visão de futuro que pudesse nos encaminhar a um projeto de industrialização nacional. O perfil da indústria construída no Brasil é uma prova clara disto; mas esta questão será tratada no tópico seguinte. Em primeiro lugar, cabe destacar a resistência em abolir o escravismo e substituí-lo por trabalho assalariado, contribuindo para retardar a formação do mercado de trabalho. Ademais, com o "sucesso" do complexo cafeeiro, em sua capacidade de gerar excedente, os interesses da elite e do Estado se voltaram, quase que exclusivamente para este fim. A lavoura do café surgiu no Rio de Janeiro, na terceira década do século XIX e nele predominou até 1880; sendo transmutada no final do século para São Paulo e Minas Gerais (SODRÉ, 1967).

Com isto a lógica econômica da época colonial, embora com alguns traços diferentes, manteve-se muito arraigada no Brasil na era do café, na qual o país já gozava de independência política de Portugal. Ou seja, 1) o perfil da balança comercial, concentrada na exportação de produtos primários; 2) a dinâmica econômica voltada ao comércio exterior, 3) a mão-de-obra escrava, sendo substituída, aos poucos, pelos imigrantes assalariados; mas já em fins do século XIX; 4) a produção baseada no

latifúndio; 5) os interesses políticos voltados, quase que exclusivamente, aos interesses dos senhores de terra. De acordo com Sodré (1990, p. 70), a sociedade brasileira se constitui em *"uma sociedade em que a resistência às mudanças passaria a ser traço característico"*.

A diferença residia no fato de que uma parcela muito maior do excedente passou a ficar concentrada no país, quando se compara com a fase colonial, no qual vazava para o exterior quase toda a riqueza produzida. Além disto, a densidade populacional, e o surgimento e crescimento da urbanização, com a formação de uma infraestrutura de transporte e comunicação (financiada principalmente por capitais externos), em alguns poucos locais. Sodré (1990) mostra uma série de dados que revelam o crescimento dos estabelecimentos industriais e da produção industrial na segunda metade do século XIX. Mas, não se pode esquecer que sua constituição era motivada muito mais pela sua complementaridade com as atividades voltadas ao comércio exterior, conforme explicitado antes.

De acordo com Sodré (1967) o impulso à industrialização decorre, em muito, de três fatores, e conforme veremos, com exceção de apenas um, os outros dois são de caráter exógeno, decorrentes de acontecimentos de repercussão mundial. O primeiro deles, consiste de reformas políticas, das quais a mais importante foi a abolição da escravidão, sucedida das leis do ventre livre e dos sexagenários (parcela endógena do processo). Em segundo lugar, destaca-se o conjunto de acontecimentos que marcaram a 1ª Guerra Mundial. Neste período a produção industrial cresce substancialmente, devido às dificuldades que a guerra gerou ao comércio exterior. Em terceiro lugar, aponta-se a Depressão de 1929.

Esta última, estrangula de forma absoluta a atividade cafeeira, dada a derrocada dos preços internacionais do café e a impossibilidade quase absoluta de importar. O impacto econômico, culmina numa crise política, tornando insustentável o modelo político vigente. É justamente neste momento que as mudanças políticas e econômicas ensejadas, provocam o deslocamento do centro dinâmico para o mercado interno, por meio da consolidação da indústria (FURTADO, 2005).

Contudo, as reformas políticas da década de 1930, de forma alguma romperam com elementos constituintes da era colonial. Ao contrário disto, a burguesia que detinha

a parcela do capital nacional se aliou a eles. Ao se referir à classe burguesa Sodré (1990, p. 114) afirma: *"foi uma revolução sem grandes lances, ascendendo por patamares e marcando sucessividade em suas conquistas"*. Em outra passagem na mesma página Sodré destaca: *"é uma classe que realiza a sua revolução deixando incompletas as suas tarefas específicas"* e *"no Brasil, a autonomia, herdando escravismo e feudalismo, não tem traço algum de revolução burguesa"*. Ao se referir a revolução burguesa brasileira gostaria de destacar o seguinte trecho escrito por Sodré:

Seu início, quando as mudanças começam a tornar-se claras, pode ser marcado pela etapa preliminar dos fins do século XIX, mas principalmente pelo movimento de 1930. A partir deste, a revolução burguesa está definida e continuará avançando. O seu problema essencial consiste na coexistência com o latifúndio feudal, suporte da classe dos senhores de terras, de um lado, e com o imperialismo, de outro lado. Tem com ambos contradições evidentes mas, na sua debilidade, convive com eles, associa-se a eles, submete-se a eles, na medida em que se vê ameaçada pelo seu inseparável acólito, o proletariado. ***Aceita, pois, a resistência do Brasil arcaico e hesita romper com ele.*** É uma classe que realiza a sua revolução deixando incompletas as suas tarefas específicas (1990, p. 114, grifo nosso).

Furtado (1973) também enfatiza que a instauração do Estado novo foi feita sem uma ruptura com a estrutura de poder antiga. Como o Brasil sempre foi marcado por uma disparidade entre seus Estados, diante das amplas desigualdades de graus de desenvolvimento entre as regiões, gerou-se forte conflito de interesses entre os grupos regionais dominantes. Como decorrência disto, a estabilidade do poder central sempre pressupôs a hegemonia de uma região ou de um determinado grupo de interesses. Assim, a crise do café, também resulta na crise do poder central e isto inaugura um processo de transformação do Estado nacional. De acordo com Furtado *"coube a Vargas estabelecer uma aliança entre a classe política tradicional (ou pelo menos uma parte significativa desta) e as forças armadas, o que permitiu que se instaurasse o Estado novo com um mínimo de modificações na estrutura de poder"* (1978, p. 21 - *negrito nosso*).

Porém, Furtado enfatiza, compartilhando da mesma visão de Sodré, exposta antes, que a industrialização brasileira foi detonada por qualquer impulso gerado dentro do país, devendo-se muito mais a resposta a acontecimentos externos. Assim também o foi a ação do Estado.

Devemos ter em mente esse quadro de fundo no estudo da industrialização brasileira. Seria um equívoco imaginar que esta derivou o seu impulso principal da ação do Estado. O impulso principal originou-se nas próprias forças econômicas, como decorrência das tensões criadas pela crise do comércio exterior. Na verdade, a ação do Estado foi em grande parte uma resposta a essas tensões, mas o resultado final favoreceu o processo de industrialização. A crise do comércio exterior criou indiretamente, para as atividades ligadas ao mercado interno, uma situação privilegiada (Furtado, 1978, p. 23).

Sendo o Estado um reflexo da sociedade e das aspirações de sua elite, e conhecendo o modo pelo qual a elite nacional vinha se apropriando de excedente desde os primórdios da formação do Brasil - ou seja, explorando a força de trabalho e a terra da forma mais rudimentar, retrógrada e brutal possível, não é surpresa que inexistisse no Brasil qualquer inclinação a um projeto de desenvolvimento nacional, baseado na industrialização. E mais, a industrialização que ocorreu muito tardiamente, já no século XX, não veio decorrente de ambições ou interesses nacionais. Consistiu numa industrialização baseada fundamentalmente no atendimento das demandas de consumo das elites, impedidas de importar devido ao estrangulamento do balanço de pagamentos depois da Depressão de 1929 (FURTADO, 2000).

O presente trabalho não se propõe entrar no controvertido debate acerca da existência ou não de uma revolução burguesa no Brasil. Pretende-se enfatizar o que há de acordo na discussão, ou seja, que a instauração do Estado Novo de Vargas na década de 1930, não representou uma ruptura com a estrutura de poder existente. Deste modo, elementos que foram fundamentais em revoluções burguesas, em países que também se industrializaram tardiamente, conseguindo alcançar o *catch up* tecnológico e elevado nível de coesão social, não estiveram presentes no caso do Brasil¹⁵.

4- Consequências fundamentais de uma industrialização sem revolução burguesa e sem unidade nacional.

¹⁵ Como por exemplo, a promoção das reformas agrária e educacional, presentes em revoluções burguesas de capitalismo tardios, como era o nosso caso.

Com a formação de uma nação e de uma burguesia 'nacional', '*aleijadas*', não seria possível a construção de um projeto nacional, que nos levasse à superação da condição histórico-estrutural do subdesenvolvimento; o que culminaria numa ruptura com a nossa história e a forma como o Brasil se inseriu no sistema-mundo. Os dois intervalos curtos de tempo em que o Estado arranhou em direção a um "desenvolvimentismo-nacionalista", nas décadas de 1930 e 1970, foram subitamente abandonados. O que prevaleceu foi uma variante do modelo de "desenvolvimento associado" e o total abandono de um projeto de desenvolvimento neomercantilista ou nacionalista (FIORI, 2000).

Na verdade a industrialização do Brasil ocorreu com um retardo de pelo menos um quarto de século, conforme afirmado anteriormente, e na visão de Furtado (1973) isto marcou definitivamente a história do país e constitui a raiz dos problemas que o país não conseguiu superar. Furtado aponta este retardo por identificar que, já no início do século XX, o país acumulava as condições básicas ao deslanche de sua industrialização, faltando-lhe uma política correta. Mas os interesses econômicos e políticos completamente voltados ao complexo cafeeiro impediram qualquer possibilidade de estabelecer a industrialização como prioridade naquele momento.

O que verdadeiramente caracteriza a segunda fase (da industrialização) são as tensões estruturais engendradas pelo declínio da capacidade para importar, tensões essas que podem impulsionar a industrialização se se apresentam certas condições. A primeira dessas condições é a existência de uma base industrial significativa, isto é, de um desenvolvimento industrial anterior. A segunda condição é que o mercado interno haja alcançado uma dimensão que comporte uma diversificação imediata da atividade industrial. A terceira condição é que o país não seja essencialmente dependente da importação de alimentos e outras matérias-primas requeridas pela indústria de bens de consumo geral. Se refletimos sobre tais condições, percebemos que a industrialização engendrada pela crise da capacidade para importar resultou ser a eclosão de um processo que teria ocorrido muito antes, caso o país houvesse conhecido uma política positiva e sistemática de industrialização. *Em outras palavras: certos países, como foi o caso do Brasil, possuíam virtualmente condições de industrialização que não se manifestavam à falta de uma política adequada* (Furtado, 1973, p. 137/138 - itálico nosso).

Furtado (1978) aponta que três décadas depois do colapso da economia cafeeira e o Brasil se tornara um país industrializado. Apesar do complexo industrial ser

diversificado, com a oferta de produtos industriais finais e seus insumos serem gerados praticamente com produção interna, o Brasil permanecia subdesenvolvido.

Na década de 1960 podia se destacar como principais as seguintes características da industrialização brasileira (FURTADO, 1978/1973):

1- Uma exacerbada concentração espacial da indústria na região de São Paulo, mas com interesses que se estendiam em todo o território nacional; tanto em função do abastecimento de matérias-primas, quanto na instalação de filiais, bem como uma fonte de demanda para os seus produtos

Sua aparente descentralização - existem mais de cem mil estabelecimentos industriais no país - encobre um elevado grau de estruturação em âmbito local e nacional. Um número limitado de grupos (umas poucas dezenas) exercem efetivo poder sobre o conjunto, pois asseguram direta e indiretamente o mercado a milhares de empresas subcontratistas e detêm a iniciativa dos projetos importantes e do diálogo com os poderes públicos (Furtado, 1978, p. 33).

2- Uma constituição industrial "excêntrica", que dividia o complexo industrial em três grupos que se complementavam em suas atribuições. Estes três grupos eram caracterizados da seguinte forma: um grupo de empresas nacionais, em sua maioria de pequeno porte e um grupo bem menor de grandes empresas nacionais. Estas atuavam no setor de construção, nas finanças e nas manufaturas tradicionais e principalmente como subcontratistas das grandes empresas multinacionais.

O segundo grupo era formado pelas filiais das empresas transnacionais, com dirigentes "alienígenas" ou nacionais, e possuíam o monopólio dos setores onde a penetração do progresso tecnológico (e o lançamento de inovações) é mais dinâmica, tais como, o setor de bens de consumo durável, equipamentos em geral, químico-farmacêutica. Por último, as empresas estatais, com a exclusividade de certas áreas e predominando em atividades de infraestrutura ou criadoras de economias externas (ao fornecer insumos básicos e infraestrutura). As características marcantes das atividades dominadas pelas estatais, reside no fato de um lado exigirem grandes imobilizações de capital, mas por outro lado, não são afetadas pelo progresso tecnológico relacionado à contínua inovação de modelos. Cabe assinalar ainda que existiam empresas constituídas a partir da formação entre os conjuntos antes indicados (FURTADO, 1978).

3- Uma industrialização que não foi capaz de culminar na superação da restrição externa, visto que a indústria resultante não se gabaritou à concorrência externa, isto decorre do fato do processo de substituição de importações formar uma estrutura de preços que incapacita as indústrias para integrar-se no setor exportador da economia e esta característica não está nem de longe superada.

O Brasil dos anos sessenta, com seu considerável parque industrial, apresentava uma pauta de exportações similar à do Brasil do começo do século, mera constelação de explorações agrícolas. Mesmo no quadro da teoria convencional do comércio internacional, esse fato não encontra explicação, pois, quanto a múltiplos ramos industriais - particularmente aqueles que utilizam de forma mais intensiva mão-de-obra e que transformam matérias-primas que o país exporta - as suas vantagens comparativas são evidentes (Furtado, 1973, p. 177).

4- Um processo de industrialização fundamentado na substituição de importações e desconectado de um projeto nacional, visando atender, basicamente, as demandas de consumo de uma minoria da população, que usufruía de um padrão de consumo similar ao dos países desenvolvidos. Com isto, a industrialização pautava-se na diferenciação e não na difusão do consumo, a fim de que fosse atualizado o padrão de consumo de uma minoria, acompanhando as mudanças detonadas nas economias centrais. Isto ensejou maior concentração da renda e da riqueza, maior exclusão social. Utilizando dados da CEPAL, de 1967, Furtado (1973) afirma que metade da população do país não havia tido nenhum acesso aos frutos do desenvolvimento, depois de três décadas de industrialização no país. O que ocorreu na verdade foi a exacerbação de uma das características mais originais do Brasil, desde a sua origem, a concentração da renda e da riqueza, em todas as possíveis dimensões existentes.

5- A industrialização sendo liderada por grandes empresas estrangeiras, ao invés de solucionar o problema do balanço de pagamentos, tendeu a agravá-lo; pois o envio de renda ao exterior tornou-se mais um elemento a pressionar a conta corrente. Mais grave ainda é a desnacionalização da economia, visto que, a desconexão dos interesses destas empresas àqueles referentes ao desenvolvimento do país e da busca por uma maior coesão social, também figura como grave problema.

Quando o país se deparou com a estagnação econômica e a inflação no início da década de 1960, evidenciando o esgotamento do modelo que havia escolhido, três

décadas antes; se optou mais uma vez, pela "fuga para a frente". Ao invés de atacar os problemas estruturais do país, evidenciados na sua extrema heterogeneidade social, decorrentes da concentração da renda, da riqueza; produziu-se uma saída que gerou ainda mais concentração¹⁶.

Tavares (1999) atribui como o maior problema do Brasil, o seu pacto de dominação interna, que simplesmente não é capaz de comportar o povo e fazer sequer as reformas que a burguesia em tantos países, conseguiu fazer, tais como: a reforma agrária e a educacional. No Brasil as elites seguem uma estratégia patrimonialista e rentista de acumulação¹⁷, lançando-se numa fuga para a frente das normas e das leis, toda vez que o precário pacto federativo construído, põe em risco suas estratégias de dominação. Constitui-se como parte das formas de acumulação a expulsão de populações rurais e urbanas, sempre que a necessidade de acumulação e dominação, exige a extensão da fronteira territorial, em busca de oportunidades lucrativas. Soma-se a expulsão de populações, a exploração de recursos naturais, de forma extremamente predatória, como meio de acumulação. Ou seja, o pacto de dominação interna mantém o caráter anti-social e autoritário do Brasil colonial perpetuado ao longo de toda a história seguinte e é por isto, que a industrialização não foi capaz de culminar na superação do subdesenvolvimento¹⁸.

Os fatos relevantes para a história social e política do país parecem ter sido sempre, desde o séc. XIX, a apropriação privada do território, as migrações rurais e rural-urbanas compulsórias da população, em busca de terra e trabalho, além da centralização e descentralização do próprio domínio do Estado, ora férreo, ora frouxo, sobre um "pacto federativo" que se revelou sempre precário desde a nossa constituição como país independente. Ordem e Progresso sempre significaram domínio sobre a terra e as classes subordinadas e acumulação "familiar" de capital e de riqueza, qualquer que

¹⁶ No início dos anos 1990, a história se repete, ou seja, inviabiliza-se qualquer pacto social com o povo e os movimentos sociais, optando por uma saída que cria mais exclusão, pobreza e desnacionalização da economia do país.

¹⁷ Sobre este assunto ver BELLUZZO e ALMEIDA (2002). Eles mostram como esta postura patrimonialista e rentista de acumulação foi levada até as últimas consequências depois do ajustamento patrimonial do início da década de 1980, se estendendo ao longo da década de 1980 e começo da década de 1990.

¹⁸ É importante contudo enfatizar que não se compartilha de uma visão 'evolucionista' do desenvolvimento que assume o subdesenvolvimento como uma etapa precedente ao desenvolvimento. O conceito de referência para o subdesenvolvimento, diz respeito ao de Furtado (2013). Porém, ao mesmo tempo, reconhece-se que o Brasil goza de todas as características 'potenciais' necessárias à superação desta condição histórico-estrutural: extenso território, grande quantidade de recursos naturais e população.

fosse a inspiração, positivista ou liberal, das elites no poder. Nunca se conseguiu constituir, por isso, nenhuma espécie de consenso amplo da "sociedade civil" sobre como governar em forma democrática o nosso país (Tavares, 1999, p. 455 - aspas da autora).

A heterogeneidade social explica-se sobretudo pela conquista do espaço interno de acumulação de capital, em condições de dominação que vão se alterando no tempo e nas formas de ocupação do território, mas que sempre confirmaram a tendência à concentração crescente da renda e da riqueza e à exploração brutal da mão-de-obra (Tavares, 1999, p. 455 - aspas da autora).

A "ordem das elites de negócios" sempre foi capaz de mudar as "regras" e fazer "contratos de gaveta", sem normas e sem dinheiro permanentes, isto é, sem uma ordem civil burguesa capaz de auto administrar-se nos marcos da Lei. Recorrendo periodicamente a golpes militares ou a intervenções políticas "salvacionistas", as elites de poder brasileiras não permitiram até hoje uma acumulação política de forças e uma participação societária popular, capazes de produzir uma verdadeira ordem democrática (Tavares, 1999, p. 457 - aspas da autora).

As forças expansivas dos donos do império, do território e do dinheiro, sobrepueram-se sempre aos interesses de vida da maioria da população brasileira. Nos seus caminhos de dominação, sempre em busca da "modernidade", podem ser encontradas as razões da riqueza e da miséria da nação brasileira (Tavares, 1999, p. 457- aspas da autora).

Segundo Tavares (1999) a maneira, "permissiva", de as elites "ilustradas" do Brasil buscarem acumular riqueza não se justifica, nem se explica, pelo seu passado colonial. De acordo com ela, o problema reside no pacto de dominação interna se configurar extremamente autoritário e anti-social. De fato, como Tavares eu acredito que a situação do Brasil não se justifica pelo seu passado colonial. O Brasil, ao longo de sua história, teve oportunidades de reverter sua condição histórico-estrutural de subdesenvolvimento (especialmente em 1930 e depois em 1964). Mas como no pacto de dominação interna não cabe, minimamente, as demandas do povo, os momentos de impasse foram sempre empurrados para a frente, seja com o uso da força, seja manipulando as massas com políticas paliativas.

Assim, joga-se sempre para as gerações futuras o amálgama social que se traduz em exclusão social, violência, e na ignorância que serve para a fácil manipulação das massas e as empurra para a alienação religiosa, como válvula de escape, para lidar com uma situação sócioeconômica extremamente enferma, que perturba a saúde mental

e psicológica do nosso povo e se reflete nas nossas crianças. O desempenho das nossas crianças na escola é a prova concreta do caos social que perturba o nosso país (e se arrasta desde a sua origem).

Acredito que a experiência colonial explica muito da nossa situação, no sentido de que em todas as reformas que fizemos, carregamos dentro delas muitos traços do Brasil colonial. Mas, de forma alguma estou afirmando que não podia ser diferente, porque nosso passado colonial escravista já nos condenou *ex ante* e tudo que viesse depois não seria suficiente para avançarmos numa nova e melhor direção.

Todavia, para que o passado colonial não tivesse condicionado os destinos do Brasil, seria necessário romper com a nossa história, porque é assim que ela se inicia, de forma profundamente desumana e descaracterizada. Contudo, é aí onde reside o nosso drama, dado que nosso pacto de dominação interna nunca incluiu o povo, porque não se foi capaz de romper com a "herança maldita" deixada pelo pacto colonial, com mais de três séculos de trabalho escravo e exploração da terra de forma rudimentar, como os meios de apropriação de excedente.

Sodré (1990) aponta a fatalidade do país ter carregado ao longo de sua história os aspectos tão negativos de sua formação econômica. De acordo com ele *"trata-se de uma acumulação primitiva que atravessa os tempos"* (Sodré, 1967, p. 112).

Aspecto importante, via de regra descuidado, foi a influência negativa acentuada que o escravismo e o feudalismo exerceram no desenvolvimento da sociedade brasileira. Se analisarmos tal influência pelos seus efeitos não apenas em indivíduos mas principalmente na sociedade, constatamos o seu peso na longuíssima tradição senhorial que preside as relações políticas e empregatícias, como as relações familiares, estas fundamentalmente, no desenvolvimento institucional, nas formas de transmissão da cultura, ainda a acadêmica e a até a científica e artística. Aquele peso embruteceu e corrompeu os costumes, intoxicou o ambiente social de duradouros preconceitos, correspondeu a um fator de inércia cujos efeitos foram permanentes e chegaram ao nosso tempo, **de sorte que mesmo indivíduos das classes dominantes conservam costumes e padrões de conduta próprios dos incultos e atrasados**. De tudo isso foram vítimas em nossa sociedade, a mulher e a criança, mas principalmente aqueles cuja contribuição à sociedade foi a do trabalho. Escravismo e feudalismo infamaram o trabalho, na verdade, e isso atravessou os séculos, atingindo a etapa capitalista do nosso desenvolvimento histórico (Sodré, 1990, p. 1990 - negrito nosso).

Enquanto a situação social e econômica do Brasil for mantida, permanecerá pertinente retomar o debate acerca de sua formação, na busca de entendimento e dos caminhos possíveis à superação de seu atraso. Muitos dedicaram sua vida a entender e a buscar caminhos que pudessem levar o Brasil a uma condição superior. Na fase contemporânea vem se formando um campo de estudo de grande relevância, trata-se de construir o pensamento econômico brasileiro, a partir das interpretações dos clássicos, bem como daqueles que sempre foram marginalizados no debate (pelo menos na academia)¹⁹. Dando apenas um exemplo, temos no livro organizado por PERICÁS e SECCO (Org.), lançado neste ano, uma revisão do pensamento de vinte e cinco pensadores brasileiros, que ao longo da sua história, muito mais que interpretar o Brasil, buscaram atuar nos espaços em que frequentaram e com os meios que dispuseram, lutando para que o país pudesse alcançar um grau superior de desenvolvimento econômico e principalmente, um mínimo de justiça social. O lançamento do referido livro, como de outros na mesma linha, no momento atual, conforme mencionado antes, demonstra uma inclinação de jovens acadêmicos e de vida política, em retomar as questões fundamentais a serem discutidas a respeito dos destinos do país. Em meio as obras mencionadas anteriormente cabe destacar que o pensamento de Celso Furtado vem sendo retomado e que esta iniciativa vem resultando em publicações que também corroboram neste processo de retomada das interpretações do Brasil, por meio de sua visão e construção teórica²⁰.

5- Conclusão.

Enquanto o Brasil não enfrentar a imensa heterogeneidade social que apresenta, permanecerá sendo um país subdesenvolvido, vivendo num permanente processo de modernização, rumo a lugar nenhum. Assim, sendo o Brasil um país subdesenvolvido, pode-se concluir, infelizmente, que os condicionantes históricos e estruturais originários

¹⁹ Como exemplos se pode citar RICUPERO, 2011; AXT e SCHULER (Org.), 2011; MALTA (Coord.), 2011; PERICÁS e SECCO (Org.), 2014.

²⁰ Como exemplo se pode mencionar SABOIA e CARDIM (Org), 2007 e TAVARES (Org), 2000.

em sua formação econômica, ainda prevalecem acima de quaisquer políticas, ações ou projetos que já foram gestados ao longo da sua trajetória.

A superação da condição de subdesenvolvimento exige um projeto em duas frentes, uma econômica (visando tornar a estrutura produtiva do país mais competitiva, autônoma e diversificada, com vistas a superar o problema da fragilidade do financiamento do balanço de pagamentos e da restrição externa, e endogenizar o progresso tecnológico) e uma social (desconcentrar a renda e a riqueza, em termos regionais e funcionais, prover a população dos bens necessários a uma condição digna de vida como habitação e saúde e educar a população).

Todavia, esta transformação não se iniciará enquanto as elites e o Estado não reconhecerem os habitantes deste país, independentemente de sua raça, nível de renda e do seu lugar de origem, como parte constituinte de uma nação e forem capazes de, por meio da consecução de um projeto nacional de desenvolvimento, suscitar objetivamente um dado grau de unidade/interesse nacional. Se, de um lado, os donos do poder político permanecerem enxergando o povo como uma massa de ignorantes manipuláveis a cada quatro anos, quando os quadros administrativos ameaçam ser alterados e, de outro, as elites continuarem a enxergar o povo com uma função apenas, que é a de ser máquina viva de exploração no trabalho, o Brasil permanecerá na marcha permanente de uma modernização de custo social imensurável.

Para tal mudança, é urgente deixar no passado a herança maldita de sua formação sócioeconômica, que estendeu em muito os elementos constituintes do período colonial, tendo em vista a manutenção, por mais de três séculos, da escravidão e bem mais do que isto, a agricultura rudimentar baseada no latifúndio. Cabendo lembrar que o latifúndio permanece até hoje como traço marcante da estrutura fundiária brasileira.

Uma análise sucinta, como a que segue, denuncia a persistência dos valores e o "modo de ser e agir" da colônia: o perfil rentista e patrimonialista que as elites carregam em seu processo de acumulação, expulsando populações ao estender a faixa territorial em busca de lucro e destruindo os recursos naturais do país. O perfil do Estado, composto para defender, acima de qualquer coisa, os interesses das elites. Para tanto,

altera-se o pacto federativo, descumpre-se a constituição, utiliza-se do autoritarismo e da violência, militariza-se a polícia e utiliza-se as forças armadas, como meios à contenção social. Tudo é válido, nesta atribuição que o Estado possui, e caso ouse em descumprir, as elites nacionais e cosmopolitas ameaçam a "soberania" do Estado com a tomada de poder pelas forças armadas, como ocorreu em 1964 (há 50 anos atrás!).

As classes médias vivem em busca do seu projeto pessoal de sucesso, por meio da construção de um patrimônio e de um padrão de consumo que legitimem as suas aspirações. Para as massas sobra uma pesada carga de trabalho com salários baixos e muito poucos direitos sociais, sendo esta a melhor opção, pois ainda lhe resta o desemprego, a pobreza, a mendicância, o banditismo, ou seja, o completo abandono. Além disto, a alienação religiosa adentra pelo país abrangendo grande parte da população, independentemente do grau de instrução e nível de renda, demonstrando a aflição e ansiedade que assola a população.

A prevalência dos condicionantes históricos e estruturais, que remontam a formação econômica do Brasil, não são insuperáveis. Para tanto, remonto Tavares (1999), no sentido de que isto só será possível se o pacto de dominação interna for profundamente modificado. O caráter anti-social e autoritário fortemente impregnado no pacto de dominação interna brasileira²¹, não permite a inclusão do povo nas alianças entre as elites (sejam nacionais ou cosmopolitas) e o Estado. Sendo assim, a manutenção do pacto atual, fará com que qualquer mudança seja marginal e a gestão política permaneça, como vem fazendo desde a década de 1980, gerindo questões conjunturais de curto prazo.

Ademais, cabe registrar que as vezes em que ocorreu, ao longo da história do Brasil, rupturas na estrutura de poder, estas foram extremamente conservadoras, asseverando o caráter anti-social e autoritário, com o qual as massas foram sempre conduzidas. Com isto, depreende-se o grau de dificuldade com o qual se está lidando, já que o pacto de dominação interna se mantém intacto, figurando até o momento como uma "barreira que parece intransponível". A incapacidade de promover uma revolução burguesa nos moldes de capitalismo tardios, como por exemplo Alemanha e Japão,

²¹ Para uma análise do "arranjo político" brasileiro ver Fiori (1994).

denota o grau de rigidez no pacto de dominação interna do Brasil, de bases e valores que remontam a sua fase colonial.

6- Referências.

AXT, G. e SCHULER, F. **Intérpretes do Brasil: ensaios de cultura e identidade**. Porto Alegre: Artes e ofícios, 2011.

BELLUZZO, L. G. e ALMEIDA, J. G de. **Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BORJA, B. **A formação da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado**. Rio de Janeiro, 2013. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia, Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CARDIM, S. E. de C. S. **Análise da Estrutura fundiária brasileira**. Disponível em <www.nead.gov.br/portal/nead/arquivos/download/arquivo_95.pdf?>. Acesso em 12 de mar. de 2014.

CASTRO, A. B. de. **Trabalho escravo, economia e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

D'AGUIAR, R. F (Org.). **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Penguin/Companhia das letras, 2013.

FIORI, J. L. A propósito de uma "construção interrompida. In: TAVARES, M. C. (Org). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

_____; MEDEIROS C. (Org). **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

_____. **A nova geopolítica do sistema mundial no século XXI**. In: Projeto "Estudos comparativos dos sistemas de inovação no Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - BRICS. Rio de Janeiro. 2007. Disponível em <http://brics.redesist.ie.ufrj.br/nt_count.php?projeto=br11&cod=17>. Acesso em 15 mar. 2014.

_____. **O poder americano**. 3 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007a.

_____. Formação, expansão e limites do poder global. IN: FIORI J. (Org.). **O poder americano**. 3 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007a.

_____. Para um diagnóstico da modernização brasileira. IN: FIORI J.; MEDEIROS C. **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001. (Org).

_____. **O nó cego do desenvolvimentismo brasileiro**. Disponível em <novos estudos.org.br/v1/.../20080626_o_no_cego_do_des_brasileiro.pdf>. Novembro de 1994. Acesso em 02 mar. 2014.

FURTADO, C. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

_____. **Análise do modelo brasileiro**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Formação econômica do Brasil**. 32 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 10 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LIST, F. G. **Sistema Nacional de Economia Política**. Tradução Luiz João Baraúma. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

MALTA, M. (Coord). **Ecossistema do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA, 2011.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução Reginaldo Sant'Anna. 20 ed. L. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução Reginaldo Sant'Anna. 20 ed. L. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

NABUCO, J. **O abolicionismo**. Petrópolis: Vozes, 1988.

NABUCO, M. R. Estado e projeto nacional nas obras iniciais de Celso Furtado. In: TAVARES, M. C. (Org.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

PRADO, C. Jr. **História econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1969.

PÉRICAS, L. B. e SECCO L. **Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados**. São Paulo: Boitempo, 2014.

RANGEL, I. **A história da dualidade brasileira**. Revista de Economia Política. Vol. 1, nº. 4, outubro/dezembro/1981.

RICUPERO, B. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Alameda, 2011.

SABOIA, J. e CARDIM, F. J. C. **Celso Furtado e o século XXI**. São Paulo: Manole Ltda, 2007

SODRÉ, N. W. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Oficina de Livros, 1990.

_____. **Introdução à revolução brasileira**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

TAVARES, M. C. (Org.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. Império Território e dinheiro. In: FIORI, J. L. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.